



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

“E a dor é maior do que parece”: a violência contra a mulher desvelada sob a ótica de Clarisse

**Francisco Antonio Coelho Junior, Carla Sabrina Xavier Antloga, Wânia Cristina De Souza,
Márcio Júlio Da Silva Mattos, Maurício Miranda Sarmet**

[CASOS DE ENSINO] GT 15 Casos de ensino na Adm. Pública

“E a dor é maior do que parece”: a violência contra a mulher desvelada sob a ótica de Clarisse

Resumo:

Este caso relata a real história de Clarisse¹, protagonista que vivenciou situações de violência praticadas pelo seu então namorado, Sr. B., e que ilustrará a importância do planejamento e implementação de políticas públicas orientadas ao enfrentamento e assistência da mulher vítima de violência. O objeto em estudo trata da violência praticada contra a mulher. Visa levantar reflexões acerca da efetiva implementação de políticas públicas que vislumbrem, no contexto originário da Lei Maria da Penha, a eficácia da atuação de *stakeholders* e das redes de apoio à mulher. A partir de duas entrevistas feitas com Clarisse, ilustra-se a violência contra a mulher como uma questão de saúde pública, e seus fatores culturais, sociais e psicológicos. Toda rede de apoio precisa estar capacitada, empregando práticas de excelência orientadas à escuta ativa e encaminhamentos profissionalizados que se fizerem necessários.

Palavras-chave: violência contra a mulher. políticas públicas. redes de apoio. pacto federativo.

Introdução

Clarisse [1] está com 25 anos. Atualmente dividida entre as duas graduações que realiza concomitantemente, ela procura preencher seus dias com afazeres acadêmicos, desde estágios e projetos de pesquisa que ela está envolvida até leituras em revistas acadêmicas, além de procurar atender a demandas de seus familiares, seus pais e sua irmã.

Clarisse vem de uma estrutura familiar tradicional, de elevado nível de renda em relação à média populacional brasileira. Ela considera que possui tudo aquilo ao qual ela almeja e busca diariamente, julgando que nunca lhe faltou nada. Desde a infância, Clarisse aprendeu que seria preciso se esforçar muito para conseguir alcançar os seus objetivos de vida, no contexto da rígida educação que julgou ter recebido de seus pais. Clarisse procura ter um planejamento meticulosamente definido em relação às demandas com que precisa lidar em seu cotidiano. Como faz duas graduações (uma em Administração e outra em Direito), ela precisa ter rígido controle do tempo e planejamento de tudo, para não ficar ociosa e acabar se complicando para ter que cumprir prazos em cima da hora. Clarisse sente a necessidade de se manter ocupada, muito por conta de não ter “*tempo para pensar em si mesmo, ou para ter dó de si mesma*”.

¹ Optou-se, por ser uma história real e presenciada por muitos atores sociais, em manter o anonimato do nome verdadeiro da protagonista. Clarisse foi o nome fictício escolhido pela própria protagonista deste caso, por conta do título de uma canção da Banda brasileira Legião Urbana, do álbum “Uma Outra Estação”.

Clarisse sente que, ocupando a sua mente, várias das experiências negativas, vivenciadas no seu último relacionamento, serão, aos poucos, apagadas. Estas experiências, traumáticas, foram muito ruins, e vivenciadas ao extremo por ela.

Na maioria das vezes, até hoje, passados três (longos) anos do ocorrido, Clarisse ainda não está em paz consigo. Ela relata viver em aflição constante. Seus colegas de faculdade tentam ajudá-la a superar os impactos em sua vida mental e psicológica relacionados ao que, tão cedo em sua vida, teve que enfrentar. Isto porque Clarisse foi vítima de um relacionamento “*abusivo, errado, tóxico ao extremo, superando todos os limites aceitáveis daquilo que se pode fazer com outra pessoa*” (palavras dela).

2. O início da experiência traumática

Na época em que se relacionou com um homem 25 anos mais velho do que ela, Sr. B., Clarisse não tinha noção ou sequer sabia daquilo que se configurava como uma relação doentia, desrespeitosa e baseada em desconfiança e ciúme possessivo. Ela achava que sempre acontecia com os outros, mas que nunca aconteceria com ela. Ao olhar para trás, hoje, Clarisse ainda se culpa por não ter enxergado tudo aquilo que lhe acontecia, que era, ao mesmo tempo, “*tão óbvio, mas tão difícil de ver*”. Parecia estar envolta em uma cegueira provocada por sentimentos e afetos contraditórios, que dificultavam o seu discernimento sobre a realidade factual. Talvez por estar vivenciando intensamente a relação, à época, Clarisse não se dera conta de todos os tipos de comportamentos, ações e temperamento hostil do seu ex-parceiro, Sr B. A relação era muito conturbada e cheia de idas e vindas, mas Clarisse supunha que podia controlar tudo, “*achava que tinha tudo sob controle, nas mãos*” em nome do sentimento que nutria pelo seu então parceiro.

Clarisse relata que as brigas passaram a se tornar mais comuns quando suas amigas da faculdade passaram a lhe alertar sobre aquilo que estavam observando. Não eram incomuns atitudes de insultos, rebaixamento da autoestima e descontrole emocional por parte de seu ex-parceiro. Só que Clarisse achava que possuía todo o controle da situação, entendendo que os seus sentimentos para com o ex-parceiro eram mais fortes e verdadeiros do que aquilo que estava acontecendo. Talvez confundindo aquilo que sentia, Clarisse não conseguia identificar, inicialmente, aquilo que suas amigas e colegas começavam a lhe reportar mais frequentemente. Com os dias, Clarisse notou mudanças profundas em relação àquilo que o seu ex-parceiro conversava, ou solicitava, a ela.

Ela passou a notar, por exemplo, que ele estava tentando definir com quem e se ela poderia sair com os amigos da faculdade sem ele, e a que horas deveria voltar. Ela notou que o seu ex-parceiro passou a pressioná-la com relação ao tipo de roupa com que saía e a determinar o tipo de decisões que ela deveria tomar. Nas festas de final de ano, por exemplo, o ex-parceiro definiu, arbitrariamente, o horário em que Clarisse deveria permanecer junto aos seus familiares, para que, então, pudesse encontrá-lo. Não foi uma decisão consensual, mas sim imposta e determinada pelo seu ex-parceiro.

Ao observar a abrupta mudança de comportamento, Clarisse chegou a tentar conversar com o seu ex-parceiro algumas vezes. Ela relata que sempre que ele era confrontado, ele se vitimizava, dizendo que ela já não gostava mais dele e que ele não iria conseguir suportar perdê-la. Ele adotava a estratégia do “coitadismo, dizendo que só ele estava se dedicando àquela relação, e que estava sofrendo por isso”. Com o passar dos meses, Clarisse, então, notou que as mudanças de comportamento por parte do ex-parceiro estavam convergindo com as opiniões de suas amigas da faculdade. Até a sua irmã passou a alertar Clarisse quase que diariamente, acerca do tanto que o ex-parceiro estava invadindo e tomando conta da vida de Clarisse.

A liberdade e o ir e vir de Clarisse estavam sendo proibidos pelo ex-parceiro. O controle que sofria estava passando dos limites. Situações, inclusive, públicas, vexatórias, como a de uma invasão em sala de aula, por parte do ex-parceiro, simplesmente porque Clarisse não estava respondendo às mensagens no aplicativo de celular, pois a bateria tinha acabado e ela sequer sabia que as mensagens estavam sendo enviadas, passaram a se tornar comuns. Esta invasão, aliás, foi o divisor de águas para Clarisse.

3. O ápice da violência: vivências de um sofrimento indesejado

Após a invasão em sala de aula, e ser puxada com violência pelo braço direito para fora da faculdade, Clarisse, então, percebeu que estava em uma relação abusiva. Ao tentarem ajudar Clarisse, os colegas foram ameaçados por parte do ex-parceiro, e sentiram-se violentamente intimidados. Neste episódio, o ex-parceiro estava descontrolado, insultando e culpando Clarisse por tudo aquilo que estava acontecendo.

Puxada forçosamente pelo braço, Clarisse foi colocada à força dentro do carro do ex-parceiro, que, então, saiu em disparada. Ao perceber o nível de irritação do ex-

parceiro, e notando que se afastava cada vez mais do centro da cidade em relação à zona rural, o sexto sentido de Clarisse falou mais alto.

Pela primeira vez, Clarisse temeu pela própria vida e, numa ação rápida, ela acionou a localização geográfica/espacial do seu celular e a compartilhou com duas amigas da faculdade. Esta atitude tomada pode ter salvado a vida de Clarisse. As amigas, então, que tinham observado tudo aquilo que tinha acontecido na sala de aula, na faculdade, prontamente acionaram os pais de Clarisse, afirmando que ela havia sido sequestrada pelo, hoje, ex-parceiro. A situação estava fora de controle.

Os pais de Clarisse acionaram um delegado da polícia, amigo da família, e foram atrás dela seguindo a localização. A localização levou-os à zona rural da cidade. Ao chegarem no local, a equipe de polícia e os pais de Clarisse encontraram-na chorando muito e descontrolada. Assustado com a chegada, o ex-parceiro tentou argumentar que Clarisse estava ali por livre e espontânea vontade, que não tinha feito mal a ela e que tudo não passava de um mal-entendido. Ele, ainda, argumentou que queria terminar o relacionamento com Clarisse, e por isso havia a levado até ali.

A polícia, então, realizou todos os trâmites necessários, mas o ex-parceiro acabou não respondendo judicialmente pelo que fez. Isto porque, desesperada com o provável desfecho da situação, a mãe de Clarisse, tentou, por ela mesma, negociar com o ex-parceiro de Clarisse para que ele ficasse afastado dela e nunca mais a procurasse. Esta negociação foi a de que o processo judicial não seguiria à frente e a queixa de tentativa de sequestro seria retirada se o ex-parceiro desaparecesse de vez da vida de Clarisse. A queixa policial contra o ex-parceiro foi retirada.

“Foi uma atitude desesperada da minha mãe, eu entendo muito ela, achou que o medo de ser preso faria com que ele se afastasse de mim”, conforme, hoje, relata a própria Clarisse. O ex-parceiro, então, a partir daquele dia, desapareceu da vida de Clarisse e dos seus parentes e amigos mais próximos. O problema foi que, desde o episódio da sala de aula, Clarisse passou a sentir-se muito mal. Ela se sentia culpada por aquilo que estava acontecendo com ela, e não conseguia entender como que ela mesmo não conseguiu identificar os sinais do relacionamento abusivo que vivia. Clarisse relata que passou a ter um sentimento de inutilidade, com alto grau de despersonalização (ela já não se reconhecia mais) e uma crise profunda de identidade. Ela se sentia extremamente insegura

até mesmo para sair de casa. “A questão para mim é que ele está por aí, à solta, então eu acho que nunca terei paz mesmo, é a minha vida”.

Clarisse não mais se sentia tranquila. Ela sempre se sentia perseguida, controlada, com insônia ou noites mal dormidas. Clarisse sentia que não tinha mais chão, e culpava-se porque não tinha levado em consideração quando as amigas da faculdade, sua irmã e seus pais tentaram alertá-la. Era um misto confuso de culpa com raiva consigo.

4. E quando quem deveria cuidar não cuida?

Clarice relata que não conseguia reconhecer o que se passava em sua mente quando viveu este relacionamento. Ela se sentia muito mal. Pior ainda foi quando, na delegacia, uma profissional que deveria acolhê-la, segundo o seu relato, “*parecia duvidar da veracidade da tentativa de sequestro*” vivenciada por ela.

Clarisse lembra perfeitamente da fala de uma profissional: “*mas é engraçado que você não tenha nenhum vergão, machucado ou marca de agressão pelo corpo, não é curioso isso?*”, colocando em xeque a situação que Clarisse acabava de lhe relatar. A profissional continuou: “*Será que você não está exagerando, ou que você quer chamar a atenção do seu parceiro? Você tem noção do que você está fazendo aqui, será que você compreende claramente a situação, sabia que comunicar algo que não existe é crime também?*”, foram frases que Clarisse ouviu durante o atendimento prestado por esta profissional na delegacia de polícia.

Colocarem em dúvida o seu relato simplesmente porque não tinha “*nenhuma marca física explícita no corpo*” foi, para Clarisse, até hoje, uma das piores sensações e experiências que ela já vivenciou. Quando lembra, Clarisse relata ter sensação de vômito, tamanha raiva que ainda persiste até hoje. Ali, naquele momento, ela se sentiu muito mal, descortinada, pois achou que teria amparo e seria, ao menos, ouvida, sem qualquer tipo de julgamento ou parcialidade.

Clarisse sentiu-se desamparada. Como fazia duas graduações, uma delas em Direito, Clarisse sabia muito sobre ética, condutas e comportamentos profissionais esperados, ainda mais numa situação de vulnerabilidade como aquela que ela estava enfrentando. Ela sentiu que, naquela delegacia, com aqueles profissionais que a atendiam, naquele momento, ela não teria qualquer suporte emocional para conseguir dar o seu

depoimento. Clarice avalia que vivenciou uma espécie de ‘*violência velada*’, colocando sua versão dos fatos em xeque, pondo-se a refletir se se aquele tratamento que vivenciara era algo comum, ou se era uma exceção. Sorte, avalia Clarice, que o delegado de polícia era amigo da família, e que ela sabia que podia contar com ele quando ela precisasse.

Esta experiência na delegacia pode ter sido até pior do que toda violência psicológica e moral vivenciada por Clarisse ao longo de todo o relacionamento abusivo. O despreparo da profissional que a atendeu fez com que ela refletisse sobre o que acontece no Brasil, e a que tipo de situações as mulheres, vítimas de violência, são submetidas para conseguirem comprovar sua história e, então, ter o atendimento profissional esperado. Clarisse sentiu ainda mais raiva e frustração ao pensar nisso. Logicamente, Clarisse sabia que em toda profissão existem bons e maus profissionais, mas não era para ter acontecido logo ali, com ela, naquela situação extrema. Ela desejava ter sido acolhida mais afetivamente, sem darem, inclusive, tanta ênfase ao aspecto de crime ao qual toda a atenção estava sendo dada a ela.

5. Encerramento do caso: (a tentativa) do renascer simbólico de Clarisse

Atualmente, Clarisse tem acompanhamento psicológico e psiquiátrico semanais. Mesmo passados três anos, ela ainda não se sente tranquila, temendo a sombra do ex-parceiro pela cidade. Clarisse depende de medicamentos para dormir, além de ter pesadelos que se repetem nas noites. Clarisse não se sente em paz em momento algum.

Ela resolveu excluir todas as suas redes sociais, saiu da casa dos pais e foi morar em um apartamento com endereço sigiloso, temendo ser identificada pelo seu ex-parceiro agressor. Ela teme represálias e ainda tem medo do temperamento ou das ações descontroladas dele. Em seu atual relacionamento, Clarisse tenta seguir sua vida, tentando lidar com as marcas emocionais e comportamentais decorrentes de tudo aquilo que vivenciara até então. Ela sente que está indo bem, embora relate não ter a segurança psicológica que julga necessária para viver plenamente.

Clarisse ainda relata crises de ansiedade e de pânico. Ela vive com muitas incertezas e medo, alternando rotas de trânsito, mudando sua rotina semanalmente e evitando, ao máximo, sair de sua casa. Por vezes, passa dias sem comer nada, noutros dias, come em excesso. Tranca-se no banheiro para chorar e ninguém ver. Ela sente que precisa ser forte, e demonstrar-se forte, especialmente para os seus pais.

Clarisse sente que ainda não conseguiu entender bem como as coisas funcionam em relação à violência praticada contra a mulher, principalmente o fato de ainda não se dar a devida atenção quando uma mulher relata ter sido violentada. *“E se meus pais não fossem amigos de um delegado de polícia, como teria acontecido, será que eu estaria aqui ainda? E quantas mulheres não têm o privilégio de terem um delegado de polícia como amigo, o que acontece com elas?”*, indaga-se Clarisse.

6. Notas de ensino

6.1. Objetivos educacionais

O presente caso de ensino tem como objetivo educacional discutir a importância da formulação de políticas públicas eficazes, orientadas à assistência e enfrentamento da violência de gênero, dando destaque à violência praticada contra a mulher. A categoria “Violência contra a mulher” envolve qualquer ato de violência de gênero que resulte, ou possa resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças por meio de atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada (NAÇÕES UNIDAS, 2020; CUSTÓDIO; TAVARES, 2022).

A gestão integrada de políticas públicas orientadas à assistência e enfrentamento é bastante desafiadora pois, ao mesmo tempo que se registrou um aumento na taxa de homicídios contra mulheres nas residências, entre 2009 e 2019, da ordem de 10% (CERQUEIRA ET AL., 2021; SANTOS ET AL., 2022), nem todos os casos de violência são reportados formalmente, gerando subnotificações. Impulsionadas pela determinação do objetivo de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas “Igualdade de gênero”, as teorias em administração pública têm se voltado para o debate científico acerca de como eliminar todas as formas de violência contra as mulheres, entendendo que esta violência é um problema real, de saúde pública (BAPTISTA, 2022; GOMES ET AL., 2022). As políticas públicas precisam implementarem mecanismos, ou abordagens, que gerem impacto na prevenção e resposta à violência contra as mulheres, embora nem sempre as redes de apoio consigam agir na promoção da segurança e apoio às mulheres.

Reconhecer e valorizar o trabalho dos profissionais que prestam o atendimento à mulher vítima de violência é essencial (MOROSKOSKI ET AL., 2022), da mesma forma que definir e expandir estruturas formais (como delegacias especializadas de atendimento à mulher, por exemplo) por todas as cidades brasileiras, dando a devida atenção à questão.

É essencial contar com profissionais comprometidos/capacitados para lidarem com as situações vivenciadas no apoio às vítimas (OPAS/OMS, 2023). As políticas públicas deverão assegurar o acesso universal das mulheres aos seus direitos, fortalecendo a legislação e tornando-a, de fato, aplicável, à promoção da igualdade de gênero.

No Brasil, ainda existem poucos estudos a respeito do tema de análise de políticas públicas relacionadas à assistência e enfrentamento da violência praticada contra a mulher. Uma das possíveis explicações para isso, segundo achados de Carvalho, Laguardia e Deslandes (2022), se dá pela dificuldade de acesso a dados secundários, nas delegacias de polícia e centros de atendimento à mulher pelo Brasil, que estejam registrados em banco de dados oficiais ou pela própria resistência de profissionais destas corporações em participarem de pesquisas sobre o tema da violência de gênero.

Um dos poucos estudos publicados no Brasil, voltado à identificação das práticas de ação e padrões de atendimento desenvolvidas na rede de proteção à mulher, na cidade de Natal (RN), foi realizado por Belarmino, Silva, Santos e Dimenstein (2020), com o objetivo de refletir sobre o funcionamento institucional desta rede com ênfase nas práticas profissionais. À luz dos resultados, os autores concluíram que há desarticulação dos serviços e pouca fluidez no fluxo assistencial, demonstrando fragilidade do funcionamento em rede. Recomenda-se o aprimoramento das políticas públicas já existentes, com a adoção de legislação atual e rigorosa, tornando tais políticas mais abrangentes e efetivas (PROSENEWICZ; MADEIRA, 2021).

O caso, ainda, tem outros objetivos igualmente importantes. O primeiro deles refere-se a sensibilizar os(as) alunos(as) para a necessidade de estarem sempre atentos ao perceberem a necessidade de promoverem uma gestão ótima, humanizada, eficiente e integrada, próxima tanto da realidade laboral dos atores sociais responsáveis pelo atendimento à mulher, quanto das próprias vítimas de violência, buscando empregar ações de acolhimento e suporte emocional (D'OLIVEIRA ET AL., 2009; GOMES; AVELLANEDA, 2021). É necessário mostrar ao(à) futuro(a) gestor(a) os desafios que ele (ela) poderá enfrentar, destacando a importância de investir continuamente na capacitação dos profissionais e de estar monitorando resultados junto à população.

Outro objetivo refere-se à enfatizar a necessidade de busca por informações que subsidiem o processo decisório, procurando desenvolver competências de gestão que são

úteis à eficácia da aplicação de uma política pública, tais como empatia, capacidade de planejamento, comunicação e de análise e de síntese. Recomenda-se, inclusive, instigar o debate a respeito do dilema do caso com base nas seguintes questões: de que forma estabelecer uma rede de assistência e enfrentamento para a mulher vítima de violência que seja eficaz em sua atuação? Como melhor preparar, ou capacitar, os profissionais que estarão envolvidos nesta rede? Como promover a sinergia de ações entre as diferentes entidades participantes da rede? De que forma as lideranças podem ser mais bem capacitadas para o acolhimento adequado à mulher vítima de violência?

6.2.Utilização recomendada

O caso pode ser usado no ensino de graduação ou pós-graduação nas áreas de Administração (especialmente pública), Gestão de Políticas Públicas, Psicologia, Serviço Social, Ciência Política e campos de saber afins, notadamente em disciplinas relacionadas à gestão de pessoas, estratégia, planejamento da ação, segurança psicológica, violência de gênero e gestão da diversidade. A Lei Maria da Penha (nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) deverá ser amplamente discutida. Disciplinas de cursos de formação, também, nas forças policiais, que contenham em sua matriz curricular temas relacionados ao combate à violência contra a mulher, também poderão utilizar o presente caso de ensino.

O caso, ainda, poderá ser utilizado em cursos técnicos ou de extensão, voltados para profissionais que têm atuação social e algum tipo de vinculação prática com o tema em estudo. O ponto central do caso é no estímulo ao debate acerca de fatores relacionados à violência praticada contra a mulher, desde a formulação de políticas públicas até a promoção de segurança psicológica à mulher vítima de violência, e à necessidade de se ter uma atuação integrada/sistêmica para lidar da melhor maneira possível com a situação (LISBOA; ZUCCO, 2022). Recomenda-se que se explorem fatores associados à formação das redes de enfrentamento, desde a sua concepção até os impactos sociais decorrentes de seu funcionamento. A atuação em situação de crise é outro possível fio condutor das discussões. Aspectos relacionados à gestão ótima, promoção de governança e sustentabilidade das políticas públicas de violência de gênero também poderão ser discutidos. A literatura sobre violação de direitos humanos e o ciclo de formulação de políticas públicas também podem servir como pano de fundo para o debate acerca das ações necessárias ao enfrentamento deste grave problema social e de saúde pública.

6.3. Questões para discussão do caso

1. Comente criticamente a situação retratada no caso. Em seguida, diferencie os padrões de conduta/comportamento de Clarisse, de seus pais e da profissional que a atendeu na Delegacia, destacando o que se espera que aconteça na promoção de práticas de assistência à mulher vítima da violência de gênero;
2. Em sua opinião, quais as consequências da atuação da mãe de Clarisse, ao negociar com o ex-parceiro a fim de que ele não sofresse qualquer ajuizamento judicial desde que sumisse da vida dela, pensando em termos dos prós e contras? Você acredita que foi a melhor saída? Retome a história do caso, para subsidiar a sua reflexão;
3. Estatísticas apresentadas pelas Nações Unidas e pela Organização Pan-Americana de Saúde vêm apontando que quase um terço das mulheres e meninas, entre 15 e 49 anos, sofreram/sofrem violência física e/ou sexual por um parceiro. Como atuar, à luz dos fatores de risco para violência e as consequências para a saúde?; e
4. À luz do caso apresentado, qual é a importância de se ter políticas públicas eficazes quanto ao propósito da sua formulação? Como agir em termos de prevenção e capacidade rápida e efetiva de resposta?

6.4. Dinâmica para a discussão e análise do caso

Propõe-se, aqui, um plano pedagógico considerando-se as informações que foram apresentadas e possíveis reflexões que poderão surgir com a sua leitura. A abordagem que se coloca, nesta proposição, é a cognitiva, associada à formulação de modelos mentais individuais acerca das condutas que poderão ser adotadas por cada estudante. Em discussão de grupo, espera-se que cada estudante consiga colocar o seu ponto de vista e, por meio de discussões coletivas, socializando o seu conhecimento. A cognição social enfocará a construção de modelos mentais coletivos, e deverá ser incentivada pelo(a) professor(a) responsável pela disciplina com a divisão dos(as) alunos(as) em eixos temáticos, incentivando o debate construtivo e propositivo.

O caso proposto pode ser utilizado por meio de diferentes estratégias pedagógicas e educacionais. Pode-se sugerir, por exemplo, trabalho de campo, como estratégia pedagógica complementar à atividade de sala de aula, incentivando a que os(as) alunos(as) busquem por dados estatísticos atualizados relacionados à violência praticada contra a mulher, enriquecendo ainda mais o debate. O uso de dados secundários poderá ser importante elemento ilustrativo das ideias e reflexões que serão trazidas no debate.

Cada aluno(a) deverá tentar identificar aspectos relacionados ao comportamento dos atores descritos no caso, situando a importância de se ter políticas públicas adequadamente elaboradas visando atuar no combate à violência de gênero. Recomenda-se discutir como seria a atuação de cada um, colocando-se no papel da protagonista, identificando seus modelos mentais e propondo uma abordagem crítico/reflexiva à luz dos argumentos apresentados.

Para a atividade de aula, recomenda-se a leitura antecipada, por parte dos(as) alunos(as), dos artigos de Custódio e Tavares (2022), Baptista (2022) e Gomes, Carneiro, Almeida, Costa, Campos, Virgens e Webler (2022), identificando dimensões teóricas e práticas relacionadas à violência praticada contra as mulheres e o papel das políticas públicas na assistência e enfrentamento. Após a leitura individual, o(a) professor(a) deverá fazer uma introdução ao caso. Poderá perguntar aos(as) alunos(as) se eles(as) conhecem algum caso similar, vivenciado por alguma amiga ou parente.

Após, o(a) professor(a) deverá recomendar a leitura individual do presente caso de ensino. Deverão ser formados pequenos subgrupos (3 a 5 integrantes), que deverão debater os seguintes aspectos no caso: importância de elaboração e atualização de políticas públicas de assistência e enfrentamento da violência contra a mulher; importância da profissionalização do atendimento; importância das redes de apoio; papel da família junto à mulher vítima da violência; estratégias de gestão para enfrentar a violência; e gestão da equipe de trabalho durante o enfrentamento da ocorrência. Recomenda-se que cada subgrupo trabalhe num tema, ou que todos os subgrupos discutam sobre todos os temas.

Cada subgrupo deverá preparar uma explanação para a turma a respeito da discussão realizada. Quais os modelos mentais de cada integrante na determinação dos seus argumentos apresentados? Qual o conteúdo das ideias apresentadas? Houve consenso ou consenso?

Após a apresentação dos grupos e discussão em sala de aula, quais conclusões a que se poderia chegar? Do que foi relatado no caso, o que os(as) alunos(as) fariam de diferente? O que fariam igual? Os modelos mentais, agora, seriam coletivos, incentivando-se a discussão entre alunos(as) de diferentes grupos e com posições contrárias entre si.

Por fim, o(a) professor(a) deverá propor um fechamento-síntese, ressaltando a importância da ação planejada, de se ter políticas públicas eficazes (e dos desafios de as construir e fazê-las chegarem na ponta da sociedade, inclusive no interior do Brasil), da

integração de esforços e da valorização dos profissionais envolvidos no atendimento à mulher vítima de violência. O(a) professor(a) deverá ressaltar que cada aluno(a) poderá escolher a melhor estratégia de ação, pautando-se na adoção de princípios norteadores de sua atuação profissional. É muito importante que o professor reforce aos(as) alunos(as) que não existem respostas erradas ou certas durante o debate em grupo, mas que as respostas devem refletir o seu grau de posicionamento atual perante o nível de conhecimento e de maturidade que cada aluno(a) possui.

Referências

- BAPTISTA, V.F. “Se te agarro com outro, te mato! Te mando algumas flores e depois escapo”: cenários da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol. 39, 2022.
- BELARMINO, V.H., SILVA, J.C.A., SANTOS, L.L.A., DIMENSTEIN, M. Reflexões sobre práticas e cotidiano institucional na Rede de Proteção à Mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Vol. 40, 2020.
- CARVALHO, E.F.M., LAGUARDIA, J.; DESLANDES, S.F. Sistemas de informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. *Ciência e Saúde Coletiva*, Vol. 27, N.4, pp. 1273-1287, 2022.
- CERQUEIRA, D. ET AL. Atlas da violência. IPEA, 2021.
- CUSTÓDIO, M.A.; TAVARES, K.N.L.B. Vida(s) Maria(s): a história de uma mulher e os (re)tratos da violência em narrativas contadas. *Psicologia USP*, Vol. 33, 2022.
- D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B.; FRANÇA-JUNIOR, I; LUDERMIR, A. B; PORTELLA, A. P.; DINIZ, C. S.; COUTO, M. T.; VALENÇA, O. Factors associated with intimate partner violence against Brazilian women. *Revista de saúde pública*, Vol. 43, pp. 299-311, 2009.
- GOMES, A. O.; AVELLANEDA, C. N. The role of pro-women institutions in addressing violence reports against women. *GPPG*, Vol. 1, pp. 39–60, 2021.
- GOMES, N.P., CARNEIRO, J.B., ALMEIDA, L.C.G., COSTA, D.S.G., CAMPOS, L.M., VIRGENS, I.R.; WEBLER, N. Permanência de mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal. *Cogitare Enfermagem*, Vol. 27, 2022.
- LEI Nº. 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar

a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República, 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

LISBOA, T.K.; ZUCCO, L.P. Os 15 anos da Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*, Vol. 30, N. 2, 2022.

MOROSKOSKI, M., BRITO, F.A.M.; OLIVEIRA, R.R. Tendência temporal e distribuição espacial dos casos de violência letal contra mulheres no Brasil. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Vol. 30, 2022.

PROSENEWICZ, I; MADEIRA, L. M. Violência doméstica e familiar: análise das Representações Sociais em Rondônia. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Vol. 15, 1, pp. 22-39, 2021.

SANTOS, K.D.A., SILVA, J.P.; ESPINOSA, L.M.C. The invisibility of women caring for women victims of violence. *Katálysis*, Vol. 25, N. 2 , pp. 425-435, 2022.